

# COMO É POSSÍVEL VIVERMOS E CONVIVERMOS EM UM MUNDO REAL E NOS COMUNICARMOS EXCLUSIVAMENTE NO ÂMBITO DE UM UNIVERSO DISCURSIVO?

Jussara ABRAÇADO\*

- **RESUMO:** O fenômeno da dêixis tem merecido pouca atenção dos estudos linguísticos. Não é de se estranhar que assim seja, uma vez que a noção de dêixis está atrelada à própria noção de língua e admitir a existência da dêixis implica rejeitar as noções de sistema linguístico abstrato ou de universo discursivo, ambos separados do mundo ambiental, conforme se postula. A questão que discutimos aqui é: Como é possível vivermos e convivemos em um mundo real, e nos comunicarmos através de um sistema linguístico abstrato ou no âmbito de um universo discursivo? Respaldados em estudos sobre a linguagem humana de base evolucionista e cognitivista, nossa proposta é apresentar evidências de que nos comunicamos em um mundo real e de que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dêixis. Referência. Cognição. Gramática.

## Introdução

Este trabalho é resultado de indagações, de natureza teórica, surgidas no decorrer de pesquisa sobre a dêixis. Constitui-se, portanto, uma reflexão – e não, um estudo de caso – sobre o fenômeno, implicando uma discussão acerca de como o ser humano se relaciona com o mundo ambiental através da linguagem. Sua organização é a seguinte: primeiramente apresentamos o fenômeno em discussão; em seguida, abordamos questões que envolvem a fronteira entre o real e o linguístico, discorrendo sobre evidências que favorecem a hipótese funcionalista de que a pragmática é o berço da sintaxe (SANKOFF; BROWN, 1976) e, por implicação, as demais hipóteses decorrentes: (a) os recursos formais existentes nas línguas naturais para indicar o marco de referência (quando este não coincide com o EU/TU-AQUI-AGORA da enunciação) seriam resultantes da sintaticização de recursos pragmático-discursivos e (b) observar-se-ia, portanto, um contínuo entre dêixis e referência e, conjuntamente, entre o real, o discursivo e o gramatical; Na seção seguinte, tratamos da inter-relação entre linguagem e cognição, no que

---

\* UFF – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras – Departamento de Ciências da Linguagem. Niterói – RJ – Brasil . 24210-200 – almeidamja@globo.com

se refere à emergência da gramática e à expansão das conexões cerebrais; e, por fim, fechamos o texto apresentando nossas considerações finais.

## A dêixis e a teorização linguística

Segundo Fonseca (1996, p.438),

Apesar de ter sido aplicada à descrição das línguas desde a Antiguidade (como termo metalinguístico, dêixis foi usado, pela primeira vez, pelos gramáticos gregos), só muito mais tarde a noção de dêixis passou a ocupar o lugar que hoje lhe é atribuído na teorização linguística.

Numa primeira acepção – próxima do seu sentido etimológico – dêixis tem o sentido de indigitação, mostração; usado no âmbito da descrição gramatical, o termo refere uma mostração de caráter verbal, o <<gesto verbal>> de apontar, chamando a atenção, por exemplo, para um elemento do contexto evidente pela sua proximidade.

Lyons (1979) define dêixis a partir da noção de enunciação. Para o autor, todo enunciado linguístico se realiza num lugar particular e num tempo particular, sendo produzido por um falante e dirigido a, no mínimo, um ouvinte. Na realização do enunciado, ocorrem situações de localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades das quais se fala ou se faz referência em relação ao contexto espaçotemporal criado e sustentado pelo ato do enunciado. Assim sendo,

A propriedade essencial da dêixis [...] é que ela determina a estrutura e a interpretação dos enunciados em relação à hora e ao lugar de sua ocorrência, à identidade do falante e do interlocutor, aos objetos e eventos, *na situação real* de enunciação. Por exemplo, o referente de “aquele homem lá” só pode ser identificado com relação ao uso da expressão por alguém que se encontra em determinado lugar, em determinada ocasião. O mesmo se dá com “ontem” e muitas outras expressões dêíticas. (LYONS, 1987, p.163, grifo nosso).

Embora seja um fenômeno já há muitos séculos conhecido, em geral, nossas gramáticas ou não mencionam a dêixis ou dispensam a ela uma abordagem ligeira e, portanto, superficial, o que é, no mínimo, curioso, uma vez que, conforme afirma Martins (2000):

Mais de noventa por cento das unidades frásicas de uma língua natural apresentam unidades lexicais de função deíctica (VIDAL, 1993, p.26). Estas organizam-se em paradigmas gramaticais fulcrais em qualquer

abordagem linguística: os pronomes, os artigos, os advérbios, todas as variações do paradigma verbal, designadamente a de tempo, fórmulas de tratamento, determinados lexemas correspondentes a verbos de movimento. Esta constatação não funciona por si como móbil para o estudo da dêixis, mas como consequência de fatores a que a linguística contemporânea não pode ficar alheia.

Ao que tudo indica, o pequeno espaço dedicado à dêixis nas gramáticas está ligado à pouca atenção que lhe tem sido dispensada pelos estudos linguísticos, apesar dos protestos de alguns estudiosos como, por exemplo, o de Fillmore (1997) que tem argumentado haver princípios da descrição linguística que deveriam ser orientados, de alguma forma, para sentenças ancoradas deiticamente.

Em sua obra dedicada ao fenômeno da dêixis, Fillmore (1997) comenta três casos famosos de sentenças que foram objetos de discussão linguística: (1) *The bill is large*, (KATZ; FODOR, 1963), (2) *The box is in the pen* (BAR-HILLEL, 1960), (3) *Sincerity may frighten the boy* (CHOMSKY, 1965).

Fazendo especial referência à sentença *Sincerity may frighten the boy*, Fillmore (1997) diz que Chomsky (1965) a utilizou para demonstrar os tipos de informação gramatical com os quais a linguística moderna tem de lidar. Fillmore (1997, p.7, tradução nossa) apresenta algumas dessas informações:

(1) a informação categorial de que “*sincerity*” e “*boy*” são nomes, “*may*” é um auxiliar modal, “*frighten*” é um verbo e “*the*” é um artigo, (2) a informação relacional de que sujeito/predicado asseguram a relação entre a palavra “*sincerity*” e a frase “*may frighten the boy*” e de que verbo/objeto direto asseguram a relação entre a palavra “*frighten*” e o sintagma nominal “*the boy*”, (3) a informação lexical inerente de que, por exemplo, “*sincerity*” é um nome singular, abstrato, enquanto que o nome “*boy*” é animado, masculino, e contável, etc., (4) a informação subcategorial estrita de que o verbo “*frighten*” requer um objeto direto e de que o nome “*boy*” requer um determinante precedente, no singular, e (5) a informação seletional de que o verbo “*frighten*” requer um objeto direto animado, mas é muito menos restritivo em relação à classe de entidades que seriam bem aceitas como seu sujeito.

Conforme destaca Fillmore (1997), seria possível acrescentar uma lista de informações adicionais da mesma natureza. Contudo o que chama atenção do autor é um aspecto que sequer foi considerado:

É surpreendente que em todas estas demonstrações, o escopo da descrição e explicação tenha se limitado ao que pode ser dito sobre as sentenças no abstrato. Em nenhum caso a sentença é vista como tendo o que psicolinguista norueguês Ragnar Rommetveit chama de ancoragem dêitica. Em nenhum caso se prestou atenção para como

a sentença pode ser usada, para as condições sob as quais um falante do inglês pode escolher utilizá-la, para o papel que a sentença pode desempenhar no decorrer de uma conversação, ou coisa do gênero. (FILLMORE, 1997, p.8, tradução nossa).

O autor acrescenta que, mesmo se tratando de sentenças cujas contextualizações podem não ser particularmente interessantes, alguma coisa, pelo menos, poderia ter sido dita sobre as condições de utilização do determinante definido empregado em todas elas. Mais adiante, reclama do fato de as teorias linguísticas até então não terem prestado a devida atenção à dêixis, uma vez que os fenômenos da dêixis impõem uma série de problemas graves, em termos empíricos, conceituais e notacionais para a teoria gramatical.

Embora grande parte dos estudos contemporâneos se preocupe mais com o papel do usuário e faça referência aos aspectos pragmáticos que envolvem os enunciados linguísticos, observamos haver ainda uma tendência a se desconsiderar o contexto situacional ou o mundo ambiental no que concerne ao uso da língua. Ancorados em um constructo teórico, o denominado “universo discursivo”, muitos estudiosos fazem referência a objetos do discurso e a contextos discursivos que se encontrariam no âmbito do universo postulado. E, considerando que os atos comunicativos se desenvolvem também no âmbito desse universo, simplesmente ignoram a possibilidade de referência ao mundo ambiental e, por conseguinte, ignoram também a dêixis. Sob tal ponto de vista, os atos linguísticos se dariam sempre numa espécie de universo paralelo desvinculado do mundo ambiental.

Tal noção de universo discursivo, no que se refere à questão de que estamos tratando, não nos parece tão distante da noção tão difundida de sistema linguístico abstrato e autônomo que pressupõe a subtração, da análise linguística, de todos os fatores ligados à realização da língua. A principal diferença entre os dois, a nosso ver, está no fato de que, na postulação do universo discursivo, considera-se a realização linguística e a influência do contexto nos atos comunicativos; ficando claro, entretanto, que uma coisa e outra também fazem parte do universo discursivo mencionado, conforme será detalhado mais adiante. Assim sendo, o mundo ambiental fica completamente à parte, sem que seja explicado como é possível vivermos e convivermos em um mundo real e nos comunicarmos exclusivamente no âmbito de um universo discursivo.

Considerando o que acabamos de dizer e entendendo que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua, temos como proposta discutir aqui a demarcação entre o “real” e o “linguístico” ou entre o mundo ambiental e a gramática.

## A fronteira entre o real e o linguístico

Halliday e Hasan (1976), ao estudarem a propriedade intrínseca a alguns itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente sem estarem relacionados a outros, definem referência como um movimento de recuperação de elementos. A partir de então, separam a referência da substituição, alegando que a substituição mantém as características gramaticais dos itens substituídos, enquanto que a referência não possui esse tipo de restrição, já que sua finalidade consiste em recuperar as características semânticas do item referido<sup>1</sup>. Em seu estudo, Halliday e Hasan (1976) discorrem ainda sobre a possibilidade de a referência estar relacionada a elementos que não foram codificados no texto. A este respeito, Borba (2005, p.17, grifo do autor), investigando as possíveis contribuições da teoria da enunciação para o conceito de exófora, diz o seguinte:

Para encontrar o termo referido, neste caso, devemos recuperar essa informação na situação em que o texto foi realizado. Quando a música *Parabéns para você* é cantada, numa festa de aniversário, conseguimos apreender, no *mundo das coisas*, o elemento específico a que o pronome *você* faz referência.

Para separar esses dois tipos de referência, os autores [Halliday e Hasan (1976)] denominaram exófora as referências situacionais e endófora as textuais. As referências endofóricas se subdividem em aquelas que se referem a elementos anteriores – denominadas de anáforas –, e aquelas que se referem a elementos posteriores – catáforas.

Como podemos observar, Halliday e Hasan (1976) estabelecem, através da referência exofórica, uma relação entre o sistema linguístico e o “mundo das coisas”. No entanto o estabelecimento dessa relação é a maior prova de que o sistema linguístico e o “mundo das coisas” são concebidos pelos autores como sendo universos separados.

Marcuschi e Koch (2006), por sua vez, já adotando a noção de universo discursivo, desvinculam-no completamente do mundo ambiental. Nas preliminares de seu texto sobre referenciação, buscam distinguir e separar o que se considera real do que se denomina discursivo. Começam por rechaçar a noção tradicional segundo a qual a referência é entendida como designação extensional de entidades do mundo ambiental:

Não iremos adotar aqui esse sentido que lhe é comumente atribuído. Consideramo-la, isto sim, como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva

---

<sup>1</sup> Outra particularidade, esta de natureza formal, que, segundo os autores, distingue referência de substituição seria a realização da primeira, através de formas pronominais, e da segunda, através formas nominais.

referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.381-382).

Esclarecendo que não negam a existência da realidade extramente nem estabelecem a subjetividade como parâmetro do real, os autores postulam a necessidade de uma ontologia “não ingênua” e “não realista”. De acordo com eles:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico no mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro não é uma “polaroide semântica”. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.382)

A partir de então, os autores esclarecem ser a noção de referência por eles adotada o aspecto fundamental em suas análises:

[...] os referentes são vistos não como algo que deve necessariamente existir (na condição de indivíduo) no mundo extratexto ou extramente, mas são aqui considerados como “objetos-de-discurso”. É a isso que chamamos de referenciação.

Esse ponto de vista implica uma noção de língua que não se esgota no código, nem num sistema de comunicação que privilegia o aspecto informacional ou ideacional. A língua não é um simples instrumento de transmissão de informação. A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração informacional, mas de construção, estruturação e fundação do próprio real. (MARCUSCHI; KOCH, 2006, p.382).

Sob tal perspectiva, a referenciação só possui os movimentos anafórico e catafórico, estando, portanto, excluídas as referências exofóricas. Para os autores, a referenciação remete a inferências textuais, a informações que foram constituídas textualmente. Assim sendo, não preveem a ocorrência de uma referência que ultrapasse o cotextual.

Na mesma linha, Neves (2006, p.75) afirma:

É ao estabelecer a interação linguística, compondo seus enunciados, que os falantes instituem os objetos-de-discurso, isto é, as entidades que constituem termos das predicções, entidades oriundas de uma construção mental, e não de um mundo real, o que significa que a primeira noção de referência é a de construção de referentes.

Mesmo concordando que nosso cérebro não é uma “polaroide semântica” e que a língua não é um simples instrumento de transmissão de informação, entendemos

que, semelhantemente à maneira como nos orientamos no mundo ambiental e nos adaptamos a novas situações enfrentadas – por exemplo, buscando caminhos que nos livrem de pedras, espinhos, lugares escuros e situações de perigo –, também nos orientamos nos atos de comunicação, adaptando-nos aos contextos comunicativos em que ocorrem. E, ainda, semelhantemente à maneira em que, dependendo das circunstâncias, uma pedra em nosso caminho pode representar um obstáculo ou uma arma com a qual podemos nos defender de possíveis ataques, nos atos comunicativos, inferimos posições, condições, intenções, perspectivas etc. nossas e de nossos interlocutores, com base no contexto comunicativo em que nos encontramos. Em outras palavras, o que queremos dizer é que, em vez de se postular um universo à parte (como se cérebro e corpo fossem independentes um do outro), é preferível buscarmos explicitar o modo como o ser humano se relaciona com o mundo ambiental através da linguagem.

## **Ponte entre o mundo ambiental e a gramática**

Com o propósito de elucidar a relação referida (mundo ambiental/gramática), passamos a discorrer sobre estudos que buscam articular as condições de vida e a evolução do corpo humano ao desenvolvimento da linguagem.

## **O corpo e a linguagem**

Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995), objetivando destacar o papel dos gestos no desenvolvimento da linguagem humana, começam fazendo referência à publicação de Pike (1993). Dizem os autores que Pike (1993) tomou emprestado parte do princípio de complementaridade do trabalho do físico Niel Bohr. Conforme enunciam:

Desde Heisenberg, os físicos sabem que, se se consegue localizar uma partícula com precisão, sua ação (como parte de uma onda de partículas semelhantes) escapa da detecção e que, se se estuda a ação das ondas, as partículas individuais desaparecem. (ARMSTRONG, STROKOE; WILCOX, 1995, p.1, tradução nossa).

Tomando como base tal princípio, os autores afirmam que, no que diz respeito aos estudos da linguagem, as atenções têm se concentrado em partículas (como palavras, morfemas, segmentos e, por fim, traços distintivos), tendendo-se, por conseguinte, a se discutir menos acerca de: (1) como essas partículas se misturam, perdendo suas identidades distintas, (2) como elas funcionam nas ondas dos contínuos sons da fala e movimentos das línguas de sinais, (3) como elas funcionam nas ondas da atividade neural e muscular que as produzem.

Assumem, então, os estudiosos o propósito de demonstrar que as línguas de sinais primárias das comunidades surdas, bem como as línguas de sinais alternativas utilizadas por pessoas que podem ouvir estão relacionadas a uma prática comum aos humanos em geral: a de se comunicar através de gestos. Sob esse viés, os gestos visíveis das línguas de sinais correspondem à prática humana de fazer gestos invisíveis, mas audíveis, na garganta e na boca. Para além disso, os autores se propõem a apresentar evidências de que, em termos evolutivos, a linguagem gestual teria representado importante papel na história da humanidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da linguagem vocal.

Na seção que se segue, resumiremos o encadeamento das evidências apresentadas pelos autores, buscando validar o seguinte pressuposto: a linguagem provém do corpo.

### **A importância do componente social**

Contraopondo-se à hipótese inatista defendida pelos gerativistas, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995, p.143, tradução nossa) dizem que:

Estudos de aquisição da linguagem mostram que a linguagem não se desenvolve por meio da interação do indivíduo com o meio ambiente natural. Ela emerge somente da interação social, mas interação social, dentro de limites restritos. Nós não saberíamos o que significa uma palavra se não tivéssemos ouvido, ou visto a palavra sendo usada por outra pessoa em um contexto que fizesse a relação razoavelmente inequívoca entre palavra e significado.

Os autores também asseveram que, uma vez adquirida a linguagem em um nível suficiente, o indivíduo é capaz de usar a língua e a ajuda por ela fornecida, para determinar, por inferência, a partir do contexto, o significado de uma palavra até então desconhecida. Porém, conforme enfatizam, sem a introdução de palavras e das ideias seminais que as palavras simbolizam – ou seja, sem o processo de aquisição inicial, que é social –, não haveria nenhum equipamento que possibilitasse ao indivíduo fazer inferências linguísticas. Resumindo, a associação de uma palavra com um significado torna possível a conversa e o pensamento verbal, mas o pensamento verbal precisa de linguagem, e linguagem precisa da interação de, pelo menos, dois seres humanos.

A importância do componente social é demonstrada e destacada pelos autores, quando tratam da emergência da linguagem na espécie humana, embasados, sobretudo, na teoria biológica da mente de Edelman (1987, 1988, 1989, 1992). Segundo essa teoria, animais superiores que possuem cérebro são capazes de categorizar percepções, ter lembranças, formar conceitos e ter, pelo menos

vagamente, consciência de si mesmos. Contudo, conforme alegação da mesma teoria, uma espécie em que a consciência primária tenha evoluído precisa também ter adquirido uma língua, para atingir uma consciência de ordem superior:

Um cérebro capaz de correlacionar as informações provenientes do exterior com informações obtidas de dentro do organismo não precisa de linguagem ou de consciência superior para gerar certos tipos de mapeamentos globais; estes, se nós pudéssemos colocá-los em linguagem, são mapeamentos que significariam, por exemplo: “Esta coisa, ou ação, é boa para mim”. “Isso é algo que seria melhor eu evitar ou se não...” Mas para adquirir linguagem, em primeiro lugar, uma criatura com cérebro capaz das funções que acabamos de descrever precisa de algo mais do que o conhecimento vindo de dentro [...] e do conhecimento vindo da [...] percepção acerca do mundo exterior. Essa criatura precisa ser capaz de reconhecer uma categoria intermediária entre si e tudo o mais, uma nova categoria que não seja o ‘eu’ nem o ‘não eu’, mas uma parte especial do ‘não eu’ que contém muitos outros como o ‘eu’ – outros com os quais a própria vida e o bem-estar estão ligados. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.144, tradução nossa).

Conforme advogam os autores, o aspecto social estaria intimamente ligado ao desenvolvimento da linguagem humana, uma vez que possuir um cérebro que tenha evoluído até a capacidade de ter uma consciência primária não garantiria à espécie o desenvolvimento da linguagem. Indivíduos de uma espécie com consciência primária podem ser bem sucedidos na luta para sobreviver e, assim, promoverem a sobrevivência de sua espécie. Tais indivíduos devem ter redes neurais extensivas e complexas bem ajustadas ao seu habitat e estilo de vida. Os chimpanzés, por exemplo, têm meios de comunicação razoavelmente sofisticados que não se desenvolveram em linguagem. E criaturas proximamente relacionadas aos chimpanzés, os primeiros hominídeos, também teriam cérebros complexos. Contudo a vida social diferenciada dos hominídeos teria ocasionado um tipo de linguagem meio comportamental e a consciência de ordem superior necessária para desenvolvê-la, uma vez que:

[...] é a vida do grupo, e não vidas de indivíduos sozinhos, que adapta uma espécie social ao seu meio ambiente; ou, de outro ponto de vista, para o indivíduo, o grupo é [a porção mais significativa do] meio ambiente. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.144, tradução nossa).

Referindo-se ao trabalho de Kendon (1991), os autores ressaltam a diferença substancial entre os chimpanzés e os hominídeos, no que concerne à estrutura social, o que pode ter levado os gestos visíveis e vocais utilizados pelos hominídeos, do tipo usado também pelos chimpanzés, a se tornarem verdadeiros símbolos da linguagem. Para Kendon (1991), os chimpanzés

pareciam estar em vias de desenvolver uma linguagem, entretanto isso não aconteceu. Depois de se perguntar o que teria faltado para tal, Kendon (1991) conclui que os chimpanzés não desenvolveram um sistema de linguagem, simplesmente porque não precisaram de um, já que, na vida social dos chimpanzés, é praticamente inexistente a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade entre o comportamento de dois ou mais indivíduos. Ainda segundo Kendon (1991), no que se refere aos hominídeos, a vida social teria começado com o surgimento de uma diferenciação entre os sexos. Teria havido também um prolongamento da dependência infantil e o desenvolvimento sustentado de relações consorte, estando associada a isto a contínua receptividade sexual feminina.

No desenrolar desse processo evolutivo descrito por Kendon (1991), a linguagem teria emergido.

Para Armstrong, Stokoe e Wilcox (1995), durante os milhões de anos de evolução dos hominídeos, a cooperação, envolvendo uma relação de complementaridade (presente em sua estrutura social e ausente na dos chimpanzés), teria uma participação determinante no desenvolvimento da linguagem. Segundo explicam, a diferenciação dos papéis – os machos atuando como caçadores e as fêmeas, como coletoras – teria ocasionado separações e reencontros:

Tal estilo de vida faria útil, mesmo vital, a capacidade de usar signos referindo-se a coisas e eventos não presentes, mas em outros tempos, em outros lugares, ou presentes para um, mas não para o outro. A emergência desses signos não só reforçaria a estrutura social existente, como também permitiria diversificá-la ainda mais, com o conseqüente alargamento do cérebro e de seu sistema de signos, agora possuindo características fundamentais da linguagem. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.145, tradução nossa).

Embora concordem com o quadro descrito, no que se refere à evolução da espécie humana e da emergência da linguagem, Armstrong, Stokoe e Wilcox (1995) consideram que a explicação sobre o desenvolvimento da sintaxe e da gramática, em termos vocais, apresenta problemas. A questão central que levantam é: “Como poderiam os sinais feitos por fonação, para indicar *peçoas* e *objetos* e *eventos*, ter se combinado para representar as relações entre tais conceitos?” (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.158, tradução nossa). Conforme argumentam, sendo palavras e sentenças tipos lógicos muito diferentes, a resposta para tal pergunta não é tão óbvia. Diante da consciência primária dos primatas sociais e de sua capacidade para conceituar, a evolução de um vocabulário de signos relacionados a “coisas” pode constituir um passo relativamente simples, mas a habilidade para significar “relações” não se segue a esse passo automaticamente:

Edelman (1992, p. 127), na seção que estamos examinando, oferece esta sugestão:

Nós podemos assumir razoavelmente que a fonologia surgiu em uma comunidade de fala que usou frases primitivas (talvez semelhantes as das línguas pidgins atuais) como principais unidades de troca. Em uma comunidade primitiva, expressões correlacionaram nomes com objetos e levaram ao início da semântica... Verbos em seguida. Note-se que a capacidade pré-existente para conceituar constitui a base necessária para esta evolução semântica. Nos primeiros seres humanos, a organização pré-sintática de gestos pode ter permitido uma simples ordenação de nomes e verbos. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX. 1995, p. 158, tradução nossa).

Fazendo considerações sobre a pesquisa de Edelman (1987), que atribui aos gestos a organização pré-sintática, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995) se perguntam sobre a natureza das sentenças primitivas e de onde elas teriam vindo. De acordo com os autores,

Exemplos de pidgin atual e de falantes de crioulo não fornecem respostas inequívocas, para o exemplo de Bickerton (1985, p. 11): ‘tumach mani mi tink kechi do’. Tradução [para o inglês]: ‘I think he earns a lot of money though’. A palavra ‘think’ é claramente um verbo em uma sentença encaixada, ‘mi think’; mas não há como determinar que esta ou outras palavras verbais tenham seguido a emergência de substantivos; além disso, uma sentença encaixada numa sentença complexa maior não é o que vem à mente como uma característica de gramática primitiva. Se as sentenças primitivas postuladas por Edelman fossem visivelmente gesticuladas, contudo, – possivelmente com acompanhamento de ruídos vocais – a emergência da fonologia para a produção de sinônimos vocais para as palavras gesticuladas se tornaria muito mais provável. (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p. 159, tradução nossa).

Alegam os autores que, também nos termos de Kendon (1991), uma comunidade primitiva (mas não ainda uma comunidade falante) pode ter usado muitos substantivos gestuais, como os chimpanzés o fazem de forma limitada, apontando, tocando objetos, fazendo mímica acerca de seu uso ou forma, usando metáfora e metonímia. Armstrong, Strokoe e Wilcox, então, buscando reconstruir o percurso da pré-sintaxe em direção à sintaxe, postulam terem sido os gestos a ponte entre uma e outra: um braço e a respectiva mão usados para designar uma pessoa ou um objeto é livre para se mover e ainda assumir a movimentação de um outro gesto manual já usado para descrever um movimento. Essa combinação em uma ação de substantivo gesticulado mais verbo gesticulado, realizada por ações motoras, e vistas por “criaturas de olhos afiados”, seria um forte estímulo para novas conexões cerebrais e mapeamentos reentrantes mais complexos. Dessa forma, a capacidade preexistente para expressar conceitos em gestos

manuais levaria a uma capacidade maior, que seria a de representar correlações entre conceitos com a combinação motora natural e visível de substantivo e verbo (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995).

Como se pode constatar, indo além de Kendon (1991) e Edelman (1987) que também atribuem aos gestos um papel fundamental no desenvolvimento da gramática, Armstrong, Strokoe e Wilcox (1995) postulam que a linguagem gestual constitui a chave da explicação, ou melhor, o elo que teria viabilizado a progressão da linguagem humana da palavra para a sentença ou da pré-sintaxe para a sintaxe. De acordo com eles, os gestos teriam estabelecido as relações entre conceitos, teriam representado movimentos e ações, possibilitando a expansão das conexões entre os termos e também das conexões cerebrais, levando, assim, à emergência da gramática: “[...] estruturas cognitivas que subjazem à linguagem emergem perceptualmente de gestos guiados, prototipicamente aqueles feitos pelas mãos.” (ARMSTRONG; STROKOE; WILCOX, 1995, p.52, tradução nossa).

Conforme vimos, portanto, a emergência da gramática, seja no processo evolutivo da espécie humana, seja no processo de aquisição da língua materna, numa perspectiva não inatista, não pode ser explicada sem se considerar a relação entre o mundo ambiental e os seres humanos que nele habitam. O papel decisivo dos gestos nos dois processos mencionados, como ficou evidente, também não pode ser desconsiderado. Outro aspecto igualmente importante, e do qual falaremos um pouco mais a seguir, é o que diz respeito à inter-relação entre a emergência da gramática – considerando-se a expansão das relações entre conceitos e do entrelaçamento de palavras para formar sentenças – com a expansão das conexões cerebrais.

## **Linguagem e cognição**

Para tratarmos da inter-relação entre a emergência da gramática e a expansão das conexões cerebrais, pinçamos momentos diferentes do desenvolvimento dos estudos acerca da cognição linguística.

Conforme relata Salomão (2009, p.23),

Até muito recentemente, a abordagem da cognição linguística ostentava um caráter marcadamente não evolucionário, negligenciando a relação da linguagem seja com os demais sistemas animais de comunicação, seja com os estágios pré-linguísticos do desenvolvimento humano – a não ser numa perspectiva dissociacionista.

[...]

Nos últimos anos, entretanto, a crescente expressividade do legado darwinista levou a um rearranjo nos estudos cognitivos, de tal modo

que pensadores de persuasão tão diversa quanto Bickerton, Pinker, Jackendoff e Fauconnier passaram a tematizar a questão da origem da linguagem, com óbvio impacto nas suas hipóteses sobre a natureza da gramática e das categorias linguísticas.

Ainda de acordo com a autora,

Numa chave bastante diferente, e anterior de há pelo menos duas décadas, a linguística cognitiva reivindicava uma essencial continuidade entre as categorias cognitivas humanas – fossem estas linguísticas, perceptuais ou culturais.

A distinção entre figura e fundo, remissiva dos estudos da psicologia de *gestalt* sobre a cognição visual, torna-se constitutiva de postulação do par cena/enquadramento, tão saliente na semântica filmoreana, que o propõe como homólogo no plano linguístico do conceito de *frame*, usado por Minsky, na psicologia cognitiva, e por Goffman, na sociologia da interação comunicativa. (SALOMÃO, 2009, p.23).

Interessa-nos destacar que, a partir de então, abriu-se o caminho para a consideração de diferentes perspectivas dentro de uma cena comunicativa<sup>2</sup> e para a aproximação de categorias linguísticas das demais categorias cognitivas e sociais, em termos de sua organização interna. Em suma, observou-se o rompimento com a tradição formalista e com seu postulado sistema linguístico autônomo:

Ao romper com a tradição formalista fortemente ancorada na suficiência do significante e no relevo da forma como objeto de análise, a Linguística Cognitiva insere em seu escopo, em posição central, a categoria da CONSTRUÇÃO, postulando, assim, um trato integrador da estrutura conceptual e formal.

A construção gramatical é uma unidade básica e singular da língua, definida nos termos de Lakoff (1987, p.467), como “um par forma-sentido (F,S), onde F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica e S é um conjunto de condições de significado e uso”. Nos termos de Goldberg (1995, p.4), “C é uma construção se C é um par forma/sentido <Fi, Si> de forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não seja estritamente preditível das partes componentes da construção ou de outras construções previamente estabelecidas.” (JESUS; MIRANDA, 2003, p.267).

O alicamento da categoria da Construção à posição central do escopo da Linguística Cognitiva deve-se, sobretudo, ao trabalho de Goldberg (1995, p.5,

---

<sup>2</sup> Salomão (2009, p.23) apresenta exemplos de distinções relacionadas com a adoção de diferentes perspectivas: “a) Rodrigo é filho de César vs César é pai de Rodrigo; b) O sol secou a roupa no varal vs A roupa secou no varal e c) Caminhei na praia de manhã vs Dei uma caminhada na praia de manhã.”

tradução nossa) que, por sua vez, faz referência à contribuição prestada por pesquisas anteriores sobre a aquisição da linguagem:

Com base na investigação sobre a aquisição da linguagem de Clark (1978), Slobin (1985) e Bowerman (1989), juntamente com os resultados apresentados aqui, defende-se a hipótese de que

Construções simples estão diretamente associadas a estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana.

Em particular, as construções que envolvem a estrutura argumental básica são mostradas como estando associadas a cenas dinâmicas: gestalts experimentalmente fundamentadas, tal como alguém volitivamente transferindo alguma coisa para alguém, alguém fazendo algo se mover ou mudar de estado, alguém vivenciando algo, algo se movendo, e assim por diante. Propõe-se que os tipos básicos de cláusula de uma língua formem uma rede inter-relacionada, com estruturas semânticas emparelhadas a formas particulares de uma maneira tão geral quanto possível.

Goldberg (1995, p.3, tradução nossa) apresenta alguns exemplos de estruturas argumentais em construções do inglês, que podem ser conferidos a seguir:

1. Bitransitiva (X causa Y para receber Z):  
Subj V Obj Obj<sub>2</sub>: *Pat faxed Bill the letter.*
2. Movimento causado (X causa Y para mover Z):  
Subj V Obj Obl: *Pat sneezed the napkin off the table.*
3. Resultativa (X causa Y para tornar-se Z):  
Subj V Obj Xcomp: *She kissed him unconscious.*
4. Intransitiva de movimento (X move Y):  
Subj V Obl: *The fly buzzed into the room.*
5. Conativa (X dirige a ação a Y):  
Subj V Obl<sub>at</sub>: *Sam Kicked at Bill.*

Ainda em referência à aquisição da linguagem, Goldberg (1995) discute o trabalho de Landau e Gleitman (1985) segundo o qual a criança adquire os significados de verbos de forma surpreendentemente fácil, porque fazem uso de conjuntos de *frames* sintáticos:

Por exemplo, eles observam que seu informante cego congênito aprendeu o significado de *look* e *see* sem grandes dificuldades, apesar do fato de esses significados não serem físicos e, para essa criança, não serem diretamente baseados na experiência. [...] Alguns trabalhos experimentais de outros pesquisadores, substanciam a ideia de que *frames* sintáticos auxiliam na aquisição do significado das palavras. (GOLDBERG, 1995, p.19).

Para Landau e Gleitman (1985), o uso de um verbo num *frame* sintático indica que o verbo tem um componente particular de significado associado ao respectivo *frame*. Contudo Pinker (1989) critica a proposta dos autores, alegando que a aquisição baseada unicamente em *frames* sintáticos incorreria em erros. A este respeito, Goldberg (1995, p. 19, tradução nossa) faz a seguinte observação:

Este é de fato um problema geral para a formulação de Landau & Gleitman. A ocorrência de *kick* em construção bitransitiva (ex., *Joe kicked Mary a ball*) não pode ser tomada como evidência de que o significado de *kick* tem um componente de transferência, como a alegação deles parece implicar. [...] *Kick* pode ocorrer em oito padrões sintáticos diferentes, a maioria dos quais não envolve transferência.

Goldberg se propõe, então, a reinterpretar o postulado de Landau e Gleitman (1985). Para a autora, a criança, ao ouvir um verbo em uma construção particular previamente adquirida, não depreenderia que o verbo por si só tenha o componente do significado associado com a construção, mas sim que o verbo ocorre em um dos grupos verbais convencionalmente associados com a construção. Para além disso, a autora destaca a importância da informação contextual e da experiência no processo:

[...] a aquisição de uma língua não ocorre num vácuo. É geralmente aceito que a primeira compreensão das crianças de um significado lexical está ligada a situações em que uma palavra ouvida é utilizada.

Uma vez já sendo reconhecidas as construções, a idéia de que um verbo ouvido em um *frame* sintático possa ajudar na determinação do seu significado torna-se coerente. No entanto, dessa forma, pressupõe-se que a criança já saiba que certas classes de verbos são convencionalmente associadas a certas construções, isto é, pressupõe-se que um número razoável de verbos já tenha sido adquirido, e por isso não constituiria uma operação se iniciando do zero. As Construções ajudariam na aquisição de novos significados de verbos, uma vez que um grande número de verbos já teria sido apreendido, mas não seriam úteis na aquisição dos significados dos primeiros verbos [...]. (GOLDBERG, 1995, p.20).

Neste ponto da discussão, Goldberg (1995, p.230, tradução nossa) busca ancoragem para suas alegações, remetendo o leitor ao trabalho de Fisher et al. (1991, p.2):

Fisher et al. enunciam esta ideia sucintamente: “/ touch / é mapeado para ‘tocar’, porque (a) a criança pode representar cenas observadas como ‘cenas de tocar’ e (b) a forma de onda / touch / é provavelmente ouvida

quando a ação de tocar está acontecendo. Que isto tem que ser pelo menos uma parte da verdade sobre a palavra aprendizagem é tão óbvio o quanto é aceito por todos os teóricos, apesar de suas diferenças em todos outros aspectos (ver, por exemplo, Locke 1690 e Chomsky 1965 – e todos os outros que comentaram o tema). Você não pode aprender uma língua simplesmente ouvindo o rádio.”

Não vamos nos alongar em explicações sobre a Gramática das Construções.<sup>3</sup> Expusemos aqui apenas as partes importantes para compor o contínuo (em oposição à separação em geral postulada) entre o mundo ambiental e a gramática de uma língua. Entendemos que a relação com o mundo ambiental se mantém, mesmo em se tratando de línguas já constituídas, como as línguas de nossos dias. Entendemos ainda que, embora a aquisição e o uso que fazemos de uma língua se apoiem em grande parte na gramática ou na rede de Construções que compõem a gramática dessa língua, o elo com o mundo ambiental é mantido, na medida em que todo enunciado linguístico se realiza num lugar particular e num tempo particular, sendo produzido por um falante e dirigido a, no mínimo, um ouvinte; e em que, na realização de um enunciado, ocorrem situações de localização e identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades. Em outras palavras, entendemos que em cada ato de comunicação, ocorre, por parte dos interlocutores, um processo de perspectivização que se baseia em situações reais – previsíveis ou completamente inesperadas, semelhantes a outras já vivenciadas ou não – que, embora possam gerar (ou ser apreendidas através de) Construções, ocorrem no mundo ambiental e não, no âmbito da gramática ou de um universo paralelo. Como já expusemos, acreditamos que, semelhantemente à maneira como nos orientamos e nos posicionamos, por exemplo, diante de situações de perigo (conhecidas ou não) também nos orientamos nos atos de comunicação, adaptando-nos aos contextos comunicativos em que ocorrem. Assim sendo, o processo de perspectivização não seria exclusividade dos atos comunicativos, correspondendo, antes, à refinada capacidade do ser humano de percepção do mundo exterior e à consequente consciência da diversidade relacionada aos aspectos físicos, sociais, culturais, religiosos e comunicativos do mundo que o cerca.

Em consonância com Varela, Thompson e Rosch (1991, p.173, tradução nossa), entendemos que: “(1) cognição depende do tipo de experiência que provém de se ter um corpo com várias capacidades sensorio-motoras, e (2) de essas capacidades sensorio-motoras individuais serem elas mesmas incorporadas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente.”

---

<sup>3</sup> Discussão mais detalhada a respeito pode ser encontrada em Goldberg (1995, 2006) e em Miranda e Salomão (2009), entre outros.

## Considerações finais

Retomando o postulado de que a dêixis constitui um elo entre o mundo ambiental e a gramática, chamamos a atenção para o fato de que a própria evolução do conceito do termo *dêixis* parece delinear o possível percurso da linguagem humana da pré-sintaxe à sintaxe:

Sabemos, pois, que a raiz etimológica do vocábulo “deixis” remete para a noção de mostração, ostensão, indicação ou indigitação, sendo que da tradução do vocábulo grego para o latim resultou a generalização do termo “demonstrativo” na terminologia clássica. Porém, se é certo que, em termos restritos, o deíctico subsume um ato de mostração corporal num apontar verbal, a referida noção de função deíctica deverá albergar igualmente a vocação do deíctico para a referenciação de uma malha alargada de pessoas, objetos, fatos, espaços, tempos, processos, atividades cuja significação só pode ser calculada a partir de uma indigitação primordial: a de um sujeito que ao designar-se por EU, aponta para si próprio num ato particular, discreto, único de produção discursiva. (MARTINS, 2000).

Como se pode verificar, de um conceito de dêixis mais restrito, o de um ato de mostração corporal em um apontar verbal, foi se passando para um outro mais amplo de referenciação. Contudo, mais do que isso, ou seja, mais do que um contínuo cuja aparência pode remeter a uma linha reta, o fenômeno da dêixis, conforme é sabido, serve de ponte de ligação entre os diversos domínios nos quais pode se desdobrar um contexto comunicativo:

[...] o desdobramento do contexto comunicativo em diferentes domínios e o entendimento de que o contexto pode organizar-se em diversos planos de atenção são as evidências que nos levam a assumir que a relação entre dêixis e contexto é muito mais refinada do que possa parecer à primeira vista. É pois, nesse refinamento que reside a riqueza dessa relação, uma vez que é a natureza multifacetada do contexto comunicativo que a dêixis nos ajuda entender. (LIMA, 2009, p.336).

O papel da dêixis no desdobramento do contexto comunicativo em diferentes domínios, no entanto, é matéria para um trabalho futuro.

Concluindo, cremos ter encontrado evidências que vão ao encontro da hipótese funcionalista (SANKOFF; BROWN, 1976), segundo a qual a pragmática é o berço da sintaxe. Implicativamente, tais evidências também favorecem duas outras hipóteses desta decorrente: (i) os recursos formais existentes nas línguas naturais para indicar o marco de referência (quando este não coincide com o EU/TU-AQUI-AGORA da enunciação) seriam resultantes da sintaticização de recursos pragmático-discursivos; e (ii) observar-se-ia um contínuo entre dêixis e referenciação e, conjuntamente, entre o real, o discursivo e o gramatical.

ABRAÇADO, J. How can we live in a real world and communicate by means of an abstract system or within the bounds of a discourse universe? *Alfa*, Araraquara, v.55, n.1, p.205-224, 2011.

- **ABSTRACT:** *The phenomenon of deixis has received little attention in the linguistic studies. This is not surprising, since the notion of deixis is linked to the notion of language, and accepting the existence of deixis means rejecting the notions of an abstract linguistic system or discourse universe, both separated from the real world, as generally postulated. The question we discuss is: How can we live in a real world and communicate by means of an abstract system or within the bounds of a discourse universe? Our proposal, based on research on human language from an evolutionary and cognitive perspective, is to present evidence that we communicate in a real world, and that deixis is a link between world and grammar.*
- **KEYWORDS:** *Deixis. Reference. Cognition. Grammar.*

## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, D. F.; STOKOE, W. C.; WILCOX, S. *Gesture and the nature of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BAR-HILLEL, Y. The present status of automatic translation of language. *Advances in Computers*, New York, 1, p.158-163, 1960.

BORBA, P. L. Contribuições da teoria da enunciação para o conceito de exófora. *Guaricá*, Paraná, n.21, p.15-27, 2005.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT, 1965.

CLARK, E. V. Discovering what words can do. In: FARKAS, D.; JACOBSEN, W. M.; TODRYS, K. W. (Ed.). *Papers from the parasession on the lexicon*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1978. p.34-57.

EDELMAN, G. M. *Bright air, brilliant fire: on the matter of mind*. New York: Basic Books, 1992.

\_\_\_\_\_. *The remembered present: a biological theory of consciousness*. New York: Basic Books, 1989.

\_\_\_\_\_. *Topobiology*. New York: Basic Books, 1988.

\_\_\_\_\_. *Neural darwinism: the theory of neuronal group selection*. New York: Basic Books, 1987.

FILLMORE, C. J. *Lectures on deixis*. Califórnia: CSLI Publications, 1997.

FONSECA, F. I. Deixis e pragmática linguística. In: FARIA, I. H. et al. (Org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996, p.437-445.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

KATZ, J.; FODOR, J. A. The structure of a semantic theory. *Language*, v.39, n.2, p.170-210, 1963.

KENDON, A. Some considerations for a theory of language origins. *Man*, London, v.26, n.2, p.199-221, June 1991.

LANDAU, B.; GLEITMAN, L. R. *Language and experience: evidence from the blind child*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LIMA, C. R. G. M. de. Os dêiticos espaciais como instrumento de orientação da atenção. In: SALOMÃO, M. M. M.; MIRANDA, N. S. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p.331-353.

LYONS, J. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referenciação. In: JUBRAN, C.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006. v.1. p.381-399.

MARTINS, A. C. O lugar da dêixis na descrição da língua. *Forum Media 2*, Instituto Politécnico de Viseu, n.2, 2000. Disponível em: <<http://www.prof2000.pt/users/anamartins/ArtigoFIF.html>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

MIRANDA N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.) *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PIKE, K. L. 1993. *Talk, thought and thing: the emic road toward conscious knowledge*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1993.

PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT, 1989.

SALOMÃO, M. M. M. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. In: SALOMÃO, M. M. M.; MIRANDA, N. S. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p.20-32.

SLOBIN, D. Crosslinguistic evidence for the language-making capacity. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *A crosslinguistic study of language acquisition*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1985. v.2.

SANKOFF G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse. In: *Language*, v.52, n.3, p.631-666, 1976.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge: MIT, 1991.

Recebido em setembro de 2010.

Aprovado em novembro de 2010.